

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UFRO)
CENTRO DE HERMENÊUTICA DO PRESENTE

PRIMEIRA VERSÃO

ANO II, Nº82 - JANEIRO - PORTO VELHO, 2003
VOLUME VI
ISSN 1517-5421

EDITOR

NILSON SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

ALBERTO LINS CALDAS - História

ARNEIDE CEMIN - Antropologia

ARTUR MORETTI - Física

CELSO FERRAREZI - Letras

FABÍOLA LINS CALDAS - História

JOSÉ JANUÁRIO DO AMARAL - Geografia

MARIA CELESTE SAID MARQUES - Educação

MARIO COZZUOL - Biologia

MIGUEL NENEVÉ - Letras

VALDEMIR MIOTELLO - Filosofia

Os textos de até 5 laudas, tamanho de folha A4, fonte Times
New Roman 11, espaço 1.5, formatados em "Word for Windows"
deverão ser encaminhados para e-mail:

nilson@unir.br

CAIXA POSTAL 775
CEP: 78.900-970
PORTO VELHO-RO

TIRAGEM 200 EXEMPLARES

EDITORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PRIMEIRA VERSÃO

ISSN 1517-5421

lathé biosa

82



DA METÁFORA FUNCIONAL E ALGUMAS IMPLICAÇÕES

CELSO FERRAREZI JUNIOR



Celso Ferrarezi Júnior

Diretor do Campus de Guajará-Mirim – UFRO
ferrarezi@gm-net.com.br

DA METÁFORA FUNCIONAL E ALGUMAS IMPLICAÇÕES

Apresentei alhures¹, embora de forma pouco sistematizada, o conceito de metáfora funcional. No decorrer desses últimos anos, porém, meus estudos semântico-pragmáticos com a língua portuguesa e a línguas indígenas da Amazônia têm demonstrado a necessidade de uma formulação mais completa dessa concepção teórica e a análise, mesmo que preliminar, de algumas de suas implicações mais diretas nos estudos lingüísticos que levem em conta os aspectos culturais de uma língua, além dos aspectos meramente formais tradicionalmente estudados.

Esta é a pretensão deste pequeno ensaio: uma apresentação formal do conceito de metáfora funcional e a demonstração da importância deste conceito nos estudos lingüísticos e antropológicos, o que passamos a ver.

Em um artigo sobre metáfora e metonímia² considerei que uma metáfora é um tipo de construção lingüística que permite a atribuição de um sentido construído dentro de um paradigma cultural definido a outra palavra (ou construção multivocabular) que, literalmente, pertencia a outro paradigma cultural estabelecido. Assim é que quando chamo João de “touro”, estou transferindo, deslocando, reapropriando sentidos de um paradigma cultural (características do animal touro) para outro paradigma cultural (características do animal homem).

No corpo de minha obra em Semântica é importante observar que não creio em sentidos pré-definidos para palavras das línguas naturais. Creio que tudo pode ser expresso por tudo, desde que a construção social da expressão assim o permita. Posso identificar qualquer referente usando qualquer palavra desde que haja uma construção social que explicita (ou implícite) esse processo; assim também posso expressar quaisquer sentidos, mesmo os mais complexos, com qualquer palavra ou expressão, desde que esse sentido seja associado à expressão que uso/usarei dentro do processo de criação do cenário³ enunciatório compartilhado entre mim e meu interlocutor. Não existe nenhum sentido *a priori*, nenhuma regra pré-definida de significação. O que existe - e que nos dá essa sensação de pré-existência dos sentidos – é um conjunto de construções mais comuns em uma comunidade, construções que em uma época definida já tiveram sentidos a elas

¹ Celso Ferrarezi Jr.(1997). *Nas Águas dos Itenês*. Dissertação de Mestrado. Campinas : UNICAMP, e Celso Ferrarezi Jr.(1999). *Considerações sobre a Hipótese de Interinfluência entre Pensamento, Cultura e Linguagem*. UNIR/GM: CEPLA Working Papers.

²Celso Ferrarezi Jr.(2000). “Metáfora e Metonímia: uma Análise através dos Paradigmas Semânticos”. In: *Discutindo Linguagem com Professores de Português*. São Paulo: Terceira Margem.

³ Uso cenário significando o conjunto máximo de situações e informações levadas em conta, consciente e inconscientemente, por um falante ao atribuir um sentido qualquer a uma expressão lingüística.

comumente associados, e que, justamente por isso, são mais conhecidas e repetidas pelos falantes. Mas essas construções mais comuns são tão passíveis de modificação quanto quaisquer outras estruturas da língua⁴.

Na construção dessas associações de sentido parece não haver nenhuma regra lingüística de ordem puramente gramatical explícita, ao contrário do que há na construção das formas lingüísticas. Diferentemente, a gramática não é nada mais do que uma construção em segundo plano, tão momentânea quanto o restante do processo de especialização do sentido da expressão.

O sentido de uma expressão lingüística qualquer só se especializa em um contexto⁵ e este, por sua vez, só se especializa em um cenário. E é por essa razão que nenhuma palavra ou expressão tem sentido *a priori*, mas tem especializado o seu sentido no processo de comunicação entre interlocutores, processo em que são consideradas muito mais informações do que as etimologias e as peculiaridades gramaticais das palavras de uma língua. Aliás, como diz Bakhtin⁶, é somente quando falantes podem desprezar a consciência dos aspectos gramaticais de uma língua, quando não precisam mais ficar racionalizando suas construções lingüísticas para criar expressões inteligíveis e especializar os sentidos das expressões dos outros, que se pode dizer que realmente falam essa língua.

Aceitar essa concepção de que nenhuma construção lingüística tem um sentido a priori representa aceitar implicações muito vastas para a teoria lingüística. Uma das que mais me fascinam é a de que, por esse prisma, toda escritura é um “defunto lingüístico que, para ser entendido, precisa ser ressuscitado”. A escrita fornece palavras e partes de um contexto, mas não fornece cenários⁷ em que esses contextos sejam especializados e possam criar condições para a especialização dos sentidos das palavras, além do que, em comparação com os recursos comunicativos usados numa interação de fala, os recursos da escrita são pífios. Por isso é muito mais freqüente a falha de comunicação na escrita do que na fala; por isso é, muitas vezes, muito mais fácil entender com exatidão o que se ouve do que aquilo que se lê. Mas, para os fins deste artigo, uma outra implicação importante sobre a especialização de sentidos de palavras e expressões na comunicação é a de que, no bojo do processo de comunicação, toda construção é funcional. E funcional por três razões básicas:

- a. porque deve funcionar como elemento de comunicação;
- b. porque, além de ser elemento de comunicação, deve funcionar adequadamente dentro do contexto e do cenário em questão;
- c. porque, funcionando adequadamente no contexto e no cenário, terá a função de consolidar o processo de compartilhamento de conteúdos entre os interlocutores, sendo elemento ao mesmo tempo constituído e constituinte desses mesmos contexto e cenário.

⁴ E a História das línguas tem mostrado que alterações no sentido de estruturas lingüísticas comuns a uma comunidade são muito mais freqüentes do que, por exemplo, profundas alterações na fonologia e na sintaxe.

⁵ Uso contexto significando o restante do texto, a construção textual e intertextual mais imediata em que se insere uma expressão lingüística,

⁶ Cf. M. Bakhtin (1999). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.

⁷ Um dos fatores mais relevantes na especialização dos sentidos na fala, e que constituem parte do cenário de enunciação, é o conjunto de traços semânticos complementares fornecidos pela entonação da fala, inexistente na escrita.

Em razão disso, toda construção lingüística – e toda metáfora, por conseqüência – é funcional. Mas, quando refiro-me a “metáfora funcional” o faço em relação a uma função muito mais específica e bastante relevante na construção e perpetuação de uma cultura, função que não é exercida por palavras ou expressões que deixarem de ser consideradas como “figuras da realidade”, palavras que só são entendidas pelos falantes como índices de referentes, às quais chamarei aqui, seguindo a tradição gramatical, de *literais*.

Voltemos, deste ponto, à metáfora: como uma construção metafórica implica, portanto, nessa transferência de sentidos, especificamente entre paradigmas, só pode ser definida como tal, de forma única e independente, dentro de cada cultura, uma vez que em cada cultura teremos classificações semânticas naturais diferentes, agrupamentos naturais distintos. Isso é que permite uma construção seja metafórica em uma cultura e, por exemplo, metonímica em outra, já que a metonímia se caracteriza pela transferência de sentidos entre termos de um mesmo paradigma.

Cumprir notar, também, que a metáfora, na maioria das línguas, não é obrigatoriamente uma construção lexicalmente complexa, nem obrigatoriamente multivocabular e com tratamento estético de tipo poético como “as lindas pérolas dos olhos de Maria”. Ao contrário, esse parece ser um tipo de mais raro de metáfora, cuja finalidade estética – pode-se considerar assim – sobrepõe-se à função de transferência de informações da metáfora cotidiana. A maioria das metáforas se concretiza nos nomes atribuídos pela língua aos diversos referentes que representam. Trata-se de palavras comuns, de uso diário, de nomes de pessoas ou de alcunhas atribuídos a esses referentes.

Nesse momento, portanto, convém falar um pouco sobre nomes, para poder retomar a construção do conceito de metáfora funcional.

O estudo dos nomes das línguas tem uma importância muitas vezes desprezada. Se consideramos que as línguas são como que “depósitos” naturais de conhecimento humano - depósitos de cultura – e percebemos que esses depósitos são feitos essencialmente nos nomes dos referentes, entendemos o porque dessa afirmação.

Consideremos que toda língua possui um conjunto de palavras nominais – e, muitas vezes, apenas radicais nominais – das quais nenhum falante é capaz de recuperar a motivação⁸ de sua atribuição como significante de um referente qualquer. São palavras “básicas”, cuja origem quase sempre só pode ser identificada por profundos estudos etimológicos e, mesmo assim, nem sempre sendo possível identificar as atribuições e derivações do sentido. Essas palavras são, em sua maioria, uma “herança” lingüística dos tempos ancestrais, de colonizações, de contatos lingüísticos. Por outro lado, existem nomes que têm o sentido de sua construção facilmente identificado, que atuam de forma mais complexa do que como meros significantes-índices de um referente qualquer. Tomando isso como certo - e creio que não há grande contestação dessa afirmação na academia – podemos, então, grosso-modo, dividir os nomes de uma língua em dois grupos

⁸ Uso motivação no sentido saussureano. Uma palavra qualquer da qual o falante não possa recuperar o tipo de recurso utilizado em sua construção será por ele considerada arbitrária, sem motivação aparente para sua construção.

principais: motivados e não motivados⁹. Os primeiros, constituiriam esse grupo básico de palavras que a teoria lingüística tem chamado de “literais”, terminologia que, como disse, mantenho aqui; o outro grupo, sobre o qual os falantes podem recuperar de alguma forma a motivação de sua atribuição, parece ter duas origens distintas: uma origem cultural complexa e outra meramente lingüística .

As construções cuja motivação é cultural, podem ocorrer a partir das palavras literais, seus sentidos e referentes (João é um “touro”) ou pela motivação direta do nome por características dos referentes (“bumbo”). Esses seriam os nomes motivados ou, em última instância, nomes figurativos, ou seja, baseados em algum tipo de figuratividade cultural. No primeiro caso, temos uma metáfora; no segundo caso uma imitação sonora¹⁰, uma onomatopéia. Para os fins deste artigo, interessa-nos mais o primeiro tipo, ao qual voltaremos adiante.

O outro tipo é o da atribuição de um nome a partir de uma construção meramente lingüística, portanto, unicamente baseada em aspectos estruturais do sistema da língua. Veja-se a diferença: quando chamo o doce caseiro de amendoim originário do sudeste brasileiro de “pé-de-moleque” tenho uma motivação cultural: o doce tem a aparência de um pé cascudo e escuro, como se acredita ser um pé de moleque; uso palavras literais e construo uma palavra composta de natureza figurativa. Entretanto, quando digo que a pessoa que faz ou provoca muitos casamentos é “casamenteira”, tenho, para esta construção uma motivação meramente lingüística resultante da construção regular portuguesa de *cas* (radical) + *a* (vogal temática) + *-ment* (sufixo) + *-eir* (sufixo) + *-a* (desinência do gênero feminino). Não há, neste último caso, nenhuma transferência de sentidos de uma palavra literal ou referente para outra palavra que designa um outro referente qualquer (até porque apenas uma “consciência de filólogo” permite a identificação detalhada dos constituintes mórficos dessa palavra como a apresentei acima). Aliás, para a maioria dos falantes do português *casamenteiro/a* é apenas a junção de *casament* + *-eir* + *-a* ou, como em alguns relatos que colhi, apenas de *casamenteir* + *-a*. Esse tipo de motivação lingüística também não interessa propriamente à construção desse artigo.

Deve-se observar que os nomes, como significantes nocionais utilizados para identificar cada um dos elementos de cada cultura, sem exceção, acabam comportando-se como indicadores das características desses elementos e alteram nossa forma de pensar o referente. As palavras nominais de uma língua atuam na configuração que fazemos de nosso mundo, na visão que temos dos elementos que o constituem. Assim é que um menino muito magro de cabeça grande chamado João, pode ter suas características físicas despercebidas por alguns dos seus colegas de classe enquanto chamado de “João”, mas passa a ter suas idiosincrasias corporais muito mais evidenciadas aos olhos dos demais logo após ser alcunhado por um colega – ou seja renomeado - de “Prego”. Da mesma forma, Maria tem sua gordura muito mais destacada quando recebe o apelido de “Botijão”; os óculos de Joana passam a ter muito mais destaque quando ela é chamada de “Quatro-Olhos” e as pernas tortas de Mário, nunca apareceram tanto como depois que ele ganhou apelido de “Garrincha¹¹ ”. Assim ocorre com a valentia do menino

⁹ Celso Ferrarezi Jr.(1997). *Nas Águas dos Itenês*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP.

¹⁰ Que também tem influência cultural, uma vez que os sons prototípicos atribuídos aos elementos naturais variam da cultura para cultura e são diferentemente materializados nas respectivas línguas .

¹¹ Famoso jogador de futebol brasileiro conhecido pela habilidade em driblar e pelas pernas tortas .

acunhado de “Leão”, com a covardia do outro que é chamado de “Mingau”, com a beleza (ou feiúra, em uma metáfora irônica) da “Bonequinha”, e daí para adiante.

O mero mencionar dessas alcunhas, que são “renomes”, altera a visão que os falantes têm dos referentes a elas associados. As alcunhas das cidades, das instituições, de certas práticas, enfim, todas elas têm o mesmo efeito estruturante: por atuarem como nomes, alteram a percepção que o falante/ouvinte tem do referente.

E aí reside um fator de grande importância na relação entre língua e cultura: os nomes atuam como depósitos de conhecimento, que podem ser mais ou menos reconhecidos pelos falantes, mas definitivamente como depósitos. E como tal são utilizados pelos falantes, que recorrem a seu conteúdo informativo o tempo todo. Uma das provas mais evidentes que temos disso é que o falante recorrerá a uma renomeação do referente – e geralmente através de uma metáfora - quando ocorrem dois fatos concomitantemente:

- a. o falante sentir necessidade de que o nome traga em seu sentido alguma informação relevante para uma construção cultural desejada e específica e
- b. esse mesmo falante não mais conseguir identificar nenhuma informatividade no nome usado como significante desse referente em questão – agora, por isso mesmo , tido como literal – além da indicação direta do referente.

É esta a razão que leva um grupo de jovens a atribuir as alcunhas aos membros da turma, uma vez que , *João , Maria, Joana*, etc... não conseguem mais do que meras indicações diretas dos seus referentes, ao passo que na hierarquização do grupo social se faz necessária uma discriminação das características que justificam as posições ocupadas. Se eu posso fazer chacotas com você e porque você é “Mindinho”, mas nunca vou mexer com o seu brio se você é o “Destruidor” (a menos que se trate de uma alcunha irônica...). Por isso, também na organização social sentimos necessidade de atribuir nomes como *professor, aluno, prefeito, presidente, marginal, mercenário*, etc.: porque as informações contidas nos antropônimos nem sempre¹² denotam as informações da organização social e sobre os referentes como as desejamos evidenciar.

Também por essa razão algumas culturas, principalmente as orientais e as indígenas tradicionais, têm um apreço muito maior pela significação dos nomes do que as culturas capitalistas ocidentais. Os nomes cheios de significados dos orientais e dos indígenas expressam aspirações dos que nomeiam em relação aos nomeados, planos, desejos pessoais, bênçãos e maldições, entre tantas outras marcações culturais.

A troca de nomes, bastante comum em algumas nações¹³, é uma evidência bastante clara dessa função do nome na organização social, na marcação de funções sociais, na marcação de aspectos idiossincráticos, enfim e portanto, na construção cultural.

¹² Na verdade, nas chamadas modernas culturas ocidentais, essa informatividade do antropônimo é quase nula, preferindo-se a sonoridade do nome a sua significação.

¹³ Como, por exemplo, entre os judeus, como evidenciando na Bíblia (Abraão para Abraão, Jacó para Israel, Simão para Pedro, Saulo para Paulo, entre tantos outros citados nas Escrituras).

Os nomes, então, quando construídos metaforicamente, passam de mero “índice de referência” a depósitos de informações consideradas relevantes, esclarecedoras, dignas de registro em uma comunidade. E essas construções metafóricas, como dissemos, não obrigatoriamente têm uma grande complexidade vocabular ou gramatical, ou se obrigam a estruturas esteticamente trabalhadas: pode tratar-se de uma simples palavra, de uma palavra composta sem rebusques estéticos, ou seja, pode tratar-se - e geralmente assim o é - de nomes comuns de uso cotidiano.

Retomemos, então, o tipo de construção de nomes que considero mais importante nesse artigo: a construção figurativa que se origina de uma metáfora, e isso com base em alguns exemplos úteis à identificação que pretendo aqui:

Quando chamo uma árvore *Citrus aurantium*, que produz laranjas, de “laranjeira”, construo um nome a partir de uma motivação meramente lingüística e não ofereço nenhuma informação cultural adicional além daquela que me permite a utilização da terminação “eira/eiro” juntada a um nome qualquer de fruta (*como em limoeiro, goiabeira, melanciaira, mamoeiro, figueira, jabeiro*, etc...) para indicar a árvore que produz essa mesma fruta . É claro que essa se constitui em informação cultural, mas de um tipo muito mais restrito do que, por exemplo a fornecida pelo caboclo que chama a laranjeira de “pé-de-caba¹⁴”. Ao chamar a árvore de “laranjeira”, repasso uma informação que é, do ponto de vista da lógica formal da língua, como que inerente ao referente. É quase que como que uma construção óbvia, que pode informar-me, por exemplo, de que espécie é uma muda que ainda não produz frutos. Isso tem utilidade na língua e na cultura, mas a motivação da construção não é *stricto sensu* um construto cultural e o nome atua literalmente no vocabulário da língua. Mas, ao usar “pé-de-caba”, registro uma informação muito mais complexa do que com o primeiro nome, uma informação que não é inerente ao referente, cuja motivação não pode ser atribuída ao sistema da língua e que se distingue da primeira por várias razões:

- a. como sua construção não é óbvia no sistema, sua compreensão demanda um processo interpretativo muito mais complexo;
- b. as informações contidas nesse nome têm implicações funcionais mais amplas do que a mera identificação da árvore da laranja;
- c. essa informação se constitui numa construção cultural funcional – agora no sentido que atribuo à metáfora funcional -, uma espécie de alerta aos incautos de que é sempre de bom alvitre colher laranjas só depois de conferir se a árvore tem uma “casa de caba”;
- d. essa construção é muito mais regionalizada, muito mais específica de uma comunidade do que a palavra “laranjeira”.

Da mesma forma encontramos no Brasil, para a laranjeira, nomes como “pé-de-chá” e “mata-febre”, cujas indicações e informações terapêuticas são evidentemente funcionais, ou seja, constituem-se cada uma como uma *metáfora funcional: a palavra metaforicamente construída apresenta uma clara função de depósito cultural, uma função de registro, para comunidade que a usa, de algum tipo de construção resultante das experiências vivenciais dessa mesma comunidade que atribuiu o nome ao referente.*

¹⁴ Caba é uma denominação comum norte-brasileira para vespa ou maribondo.

Entre as plantas de uso terapêutico ou culinário, essas metáforas funcionais são muito comuns, por razões facilmente compreensíveis. Vejamos alguns exemplos no quadro abaixo:

Nome literal (diferente de região para região)	Nome científico	Outros nomes que se constituem com metáforas funcionais no Brasil
Manjeriço	Ocimum gratissimum	remédio-de-vaqueiro, erva-de-cozinheiro
Mastruz	Senebiera pinnatifida	erva-santa-maria, erva-vomigueira,
Boldo	Pneumos boldus	erva-das-sete-dores
Salsa	Petroselinum sativum	cheiro-verde, erva-de-tempero
Sasifraga	Parietaria officinalis	quebra-pedra, rebenta-pedra

Esses cinco exemplos são suficientes para demonstrar como nomes construídos como metáforas funcionais são informativos dentro do ambiente cultural, como são muito mais do que meros índices de identificação de referentes. É interessante notar, porém que, muitas vezes, um nome que funciona como literal em nossa cultura, era uma metáfora funcional na cultura que o originou. Este é o caso da “salsa”. Do latim *Salsa* ou *Herba salsa*, cujo sentido pode ser reconstruído como “erva salgada” ou “erva de cozinhar comida salgada”, o que representa claramente a utilização cultural da erva naquela comunidade. O mesmo se dá no mapuche *boldo*, que gerou o português “boldo” e no latim vulgar *mastrutio*, que gerou o português “mastruz” entre outros tantos exemplos.

Em um artigo sobre a hipótese de interinfluência entre pensamento cultura e linguagem¹⁵, cito um exemplo que colhi da língua moré e que considero bastante relevante neste contexto, porque demonstra uma das mais interessantes implicações do conceito de metáfora funcional, o qual peço permissão ao leitor para transcrever aqui:

“Um índio moré aprende, em sua cultura, que a árvore de tipo X tem como nome [k^xaw k^a:pari:], “o pacu¹⁶ come”. Este nome, na verdade uma metáfora funcional, leva a criança moré desde a primeira vez em que o ouve, a formular uma questão inicial acerca do objeto, que poderíamos definir como sendo “por que esse objeto leva esse nome?” e, a partir dessa questão, a entronizar um conhecimento prático bastante importante para sua nação, porque referente à sobrevivência, que é a busca e a consecução do alimento. Assim se o pacu se alimenta dos frutos desse tipo de árvore, e se os morés alimentam-se de pacus, a presença de tal planta na beira de um lago ou rio pode indicar a presença de pacus, e isso está implícito na metáfora que nomeia a própria árvore. Entretanto, a língua moré tem sido substituída pelo espanhol nos últimos cem anos, e essa mesma árvore passou a ser conhecida pelo morés como “canduru”, o nome espanhol.

¹⁵ Celso Ferrarezi Jr.(1999). *Considerações sobre a Hipótese da Interinfluência entre Pensamento, Cultura e Linguagem*. UNIR/GM: Cepla Working Papers.

O fato é que os morés não perderam o conhecimento de que os pacus se alimentam dos frutos do canduru, porque a prática cotidiana da pesca induz à necessidade desse tipo de conhecimento, mas tal informação perdeu seu registro lingüístico e, agora, são necessários outros meios que conduzam à indagação inicial que levava ao conhecimento da serventia do objeto determinado.”(Op.cit., pp. 3-4)

Como se pode ver no exemplo, sempre que um nome atribuído por uma construção metafórica funcional típica de uma cultura é substituído por um empréstimo lingüístico ou, no decorrer da existência da língua, perde sua identificação metafórica, informações da construção cultural da comunidade o que utilizava são invariavelmente perdidas. Este seria o processo de transposição de uma metáfora funcional ao estágio de palavra literal. E, por conseqüência, um processo muito influente na perda de identidade, no primeiro caso, ou de evolução da identidade cultural de uma mesma comunidade, no segundo caso.

Assim é que grande parte dos brasileiros que usam computadores não sabe porque aquele aparelhinho, geralmente branco e com um longo fio, em que colocamos a mão e com o qual movimentamos o cursor e procedemos a seleções na tela do monitor, é chamado *mouse*. Primeiro, porque muitos desses brasileiros não conhecem o significado da palavra inglesa mouse; segundo, porque certamente, a relação metafórica existente no nome inglês *mouse* seria muito mais facilmente identificada se, como no caso do espanhol *ratón* ou do francês *souris*, o nome do aparelho tivesse sido traduzido para o português como “rato”.

Da mesma forma que em *mouse*, como utilizado na informática no Brasil, a quase totalidade de empréstimos nominais apresenta um grau muito baixo - às vezes realmente nulo - de informatividade em relação aos referentes. Teríamos aí, por se constituírem esses empréstimos como palavras literais, uma relação de arbitrariedade verdadeiramente saussuriana, ao contrário do que acontece com os nomes construídos como metáforas funcionais.

Uma implicação decorrente desta é também evidenciada no complemento ao excerto que transcrevi acima: “É por essa razão que qualquer empréstimo lingüístico constitui-se, a despeito da aparência de “ganho”, em uma perda incalculável para a cultura e a identidade de uma comunidade qualquer.”(idem, p. 4)

É bom observar que, no contexto dessa assertiva, quando falo de “qualquer empréstimo”, refiro-me a qualquer empréstimo que venha em substituição de um nome ou palavra da língua. Não me refiro aqui aos empréstimos nominais que denominam objetos culturais antes desconhecidos por uma comunidade, como, por exemplo, as palavras “cassete” e “abajur” adotadas pelo português, entre tantas outras. Mas também não descarto a possibilidade de que essas palavras poderiam ser, assim como vi em algumas nações indígenas que conheci, construídas ao sabor da cultura local. Lembro-me, meio invejoso, da “casinha-de-cantar-e-dançar”¹⁷, nome dado aos morés para televisão, e do “corre-rápido-pela terra”, nome dado a carros e motocicletas por essa mesma nação.

As metáforas funcionais presentes nesses nomes que venho descrevendo são uma marca identitária da comunidade. Elas revelam a organização do mundo, a visão que a comunidade tem de seu mundo, seu conjunto de valores morais e éticos, enfim, um bastante complexo conjunto de traços culturais que não são

¹⁶ *Milossoma duriventris*: peixe comum na Amazônia, de carne muito apreciada pelos índios.

¹⁷ Reconstruções de sentido aproximadas dos nomes morés.

representados de outra forma nas estruturas da língua a não ser nos nomes. A perda dessa identidade tem valor inestimável na história e na construção da auto-imagem étnica. Ou seja, uma nação cuja língua perdeu grande parte do conteúdo de suas metáforas funcionais, perdeu, também, grande parte de sua identidade.

Esta é, provavelmente uma das causas de a dominação imperialista, em todos os tempos, ser sempre acompanhada da dominação lingüística.

Finalmente, cumpre observar que, juntamente com a identidade étnica e cultural, perdem-se os valores primordiais de uma cultura. As comunidades entram em patente decadência de valores e a auto-estima da comunidade é muito afetada. Isso se dá porque com a destruição da nomenclatura que revela a compreensão do mundo, destrói-se propriamente parte dessa compreensão. Torna-se necessário, então, acatar uma nova visão de mundo que, na maioria das vezes, se choca com as concepções próprias da comunidade, desenvolvidas ao longo de séculos ou milênios de construção cultural. A comunidade perde suas referências, tem seus alicerces demolidos e, por isso, entra em estado depressivo.

O conceito de metáfora funcional, como apresentado aqui, propicia um grande número de implicações nos estudos lingüísticos. Apresentei alguns deles, como a construção funcional de informações culturais e seu registro na língua, mas gostaria de ressaltar três dos perigos da destruição dessas metáforas em uma comunidade lingüística, conforme apresentei aqui: a perda de informações culturais, a perda de identidade cultural e a perda de valores primordiais da comunidade

Esses perigos devem ser motivo de profunda meditação nos trabalhos que têm a oportunidade de monitorar os processos de contato cultural, principalmente entre culturas de comunidades mais frágeis (como a dos indígenas amazônicos) com a cultura de comunidades mais fortes e agressivas (como a cultura capitalista ocidental). Isto porque penso ser através da preservação dessas metáforas – entre tantos outros fatores culturais, é claro – que se conseguirá preservar o patrimônio cultural desses povos – ou, pelo menos, parte dele -, patrimônios da humanidade, patrimônios inavaliáveis.

VITRINE

DIVULGUE:

PRIMEIRA VERSÃO
NA INTERNET

<http://www.unir.br/~primeira/index.html>

Consulte o site e leia os artigos
publicados

*acorda
cor
po
casulo
dentro
a morte
dor
me*

CARLOS MOREIRA